

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº /2002

(Do senhor Deputado Federal Crescêncio Pereira Jr)

Solicita seja convidado o senhor Antônio Palocci – Coordenador da Equipe de Transição do Presidente eleito da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, a comparecer a esta Comissão para prestar esclarecimentos e posicionamento sobre o pagamento de precatórios e cumprimento de decisões judiciais.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeremos a V. Ex^a., ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o senhor Antônio Palocci – Coordenador da Equipe de Transição do Presidente eleito da República Federativa do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, para prestar esclarecimentos sobre o pagamento de precatórios e cumprimento de decisões judiciais; bem como sugiro convidar, como ouvintes, as seguintes autoridades: Ministro da Previdência e Assistência Social – Dr. José Cechin; Ministro do Planejamento Orçamento e Gestão – Dr. Guilherme Gomes Dias; Corregedora- Geral da União – Ministra Anadyr de Mendonça Rodrigues; Procurador-Geral da República – Dr. Geraldo Brindeiro; Procurador-Chefe da PR/SP – Dra. Zélia Luíza Pierdoná; Procurador-Chefe da PR/RJ – Dr. Flávio Paixão de Moura Júnior; Procurador-Chefe da PR/ES – Dr. Henrique Geaquinto Herkenhoff; Procurador-Chefe da PR/MG – Dr. José Adércio Leite Sampaio; Procurador-Chefe da PR/BA – Dr. Robério Nunes dos Anjos Filho; Procurador-Chefe da PR/SE – Dra. Gicelma Santos do Nascimento; Procurador-Chefe da PR/PE – Dr. Marcelo Mesquita Monte; Procurador-Chefe da PR/AL – Dr. Uairandyr Tenório de Oliveira; Procurador-Chefe da PR/PB – Dr. Marcelo Alves Dias de Souza; Procurador-Chefe da PR/RN – Dr. Marcelo Navarro Ribeiro Dantas; Procurador-Chefe da PR/CE – Dr. Lino Edmar de Menezes; Procurador-Chefe da PR/PI – Dr. Tranvanvan da Silva Feitosa; Procurador-Chefe da PR/MA – Dr. Sergei Medeiros Araújo; Procurador-Chefe da PR/PA – Dr. José Augusto Torres Potiguar; Procurador-Chefe da PR/AP – Dr. Manoel do Socorro Tavares Pastana; Procurador-Chefe da PR/AM – Dr. Sérgio Lauria Ferreira; Procurador-Chefe da PR/RR – Dr. Ageu Florêncio da Cunha;

Procurador-Chefe da PR/AC – Dr. Marcos Vinícios Aguiar Macedo; Procurador-Chefe da PR/DF – Dr. Marcus da Penha Souza Lima; Procurador-Chefe da PR/GO – Dra. Rosângela Pofahl Batista; Procurador-Chefe da PR/TO – Dr. Mário Lúcio de Avelar; Procurador-Chefe da PR/MT – Dr. Moacir Mendes Sousa; Procurador-Chefe da PR/RO – Francisco de Assis Marinho Filho; Procurador-Chefe da PR/MS – Dr. Blal Yassine Dalloul; Procurador-Chefe da PR/PR – Dr. Magno Gise; Procurador-Chefe da PR/SC – Dra. Analúcia de Andrade Hartmann; Procurador-Chefe da PR/RS – Dr. Douglas Fischer; Procurador-Geral do INSS – Helder Adenias de Souza; Presidente do Tribunal Regional Federal da 1^ª Região – Dr. Antônio Augusto Catão Alves; Presidente do Tribunal Regional Federal 2^ª Região – Dr. Arnaldo Esteves Lima; Presidente do Tribunal Regional Federal 3^ª Região – Dr. Márcio José de Moraes; Presidente do Tribunal Regional Federal da 4^ª Região – Dr. Teori Albino Zavascki; Presidente do Tribunal Regional Federal da 5^ª Região – Dr. Francisco Geraldo Apoliano Dias; Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados – Deputado Benito Gama; Presidente da Comissão Mistas de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional – Deputado José Carlos Aleluia; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados – Deputado Nelo Rodolfo; Presidente do INCRA – Dr. Sebastião Azevedo; Diretor do INCRA – Região Nordeste – Dr. Eduardo Henrique Freire; Diretor do INCRA – Região Sul e Sudeste – Dr. Valdir Dorine; Diretor do INCRA – Região Norte e Centroeste – Dr. Paulo Afonso Amato; Diretor-Geral do DNOCS – José Francisco dos Santos Rufino; Presidente do Conselho Federal da OAB – Dr. Rubens Aprobato Machado; Presidente da OAB – Secção do Amazonas – Dr. Oldeney Sá Valente; Presidente da OAB Secção da Bahia – Dr. Thomas Bacellar da Silva; Presidente da OAB Secção do Acre – Dr. Adherbal Maximiano Caetano Corrêa; Presidente da OAB Secção de Alagoas – Dr. José Areias Bulhões; Presidente da OAB Secção do Amapá – Dr. Helder José Freitas de Lima Ferreira; Presidente da OAB Secção de Roraima – Dr. Antônio Oneildo Ferreira; Presidente da OAB Secção de Santa Catarina – Dr. Adriano Zanotto; Presidente da OAB Secção de São Paulo – Dr. Carlos Miguel Castex Aidar; Presidente da OAB Secção de Sergipe – Dr. Manuel Meneses Cruz; Presidente da OAB Secção de Tocantins – Dr. Luciano Ayres da Silva; Presidente da OAB Secção do Rio Grande do Sul – Dr. Valmir Martins Batista; Presidente da OAB Secção de Rondônia – Dr. Hiram Souza Marques; Presidente da OAB Secção do Distrito Federal – Dr. J. J. Safe Carneiro; Presidente da OAB Secção de Goiás – Dr. Felicissimo José de Sena; Presidente da OAB Secção do Ceará – Dr. Paulo Napoleão Gonçalves Quezado; Presidente da OAB Secção do Rio Grande do Norte – Dr. Valério Djalma Cavalcanti Marinho; Presidente da OAB Secção de Pernambuco – Dr. Ademar Rigueira Neto; Presidente da OAB Secção do Paraná – Dr. José Hipólito Xavier da Silva; Presidente da OAB Secção do Rio de Janeiro – Dr. Octávio Augusto Brandão

Gomes; Presidente da OAB Secção do Espírito Santo – Dr. Agesand Ro da Costa Pereira; Presidente da OAB Secção de Minas Gerais – Dr. Marcelo Leonardo; Presidente da OAB Secção do Pará – Dr. Ophir Filgueiras Cavalcante Junior; Presidente da OAB Secção da Paraíba – Dr. Arlindo Carolino Delgado; Presidente da OAB Secção do Piauí – Dr. Nelson Nery Costa; Presidente da OAB Secção do Mato Grosso – Dr. Ussiel Tavares da Silva; Presidente da OAB Secção do Mato Grosso do Sul – Dr. Vladimir Rossi Lourenço; Presidente da OAB Secção do Maranhão – Dr. Raimundo Ferreira Marques; Presidente da Comissão de Credores Públicos da OAB (Secção Ceará) – Dr. Neuzemar Gomes de Moraes.

JUSTIFICAÇÃO

Em recente estudo desenvolvido pela Ordem dos Advogados do Brasil – OAB deparamo-nos com um sério problema: o não pagamento de precatórios, fato este que acarreta incalculável dano social e financeiro para aquelas pessoas que, por anos a fio, lutaram perante o Poder Judiciário de nosso País em busca de fazer valer seus direitos.

É público e notório que ao longo de nosso país existem inúmeras decisões judiciais, transitadas em julgado, que não foram cumpridas pelo Governos Federal, Estadual e Municipal, através de seus órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional.

Com o intuito de modificar essa realidade e considerando-se o momento político atual, é necessário saber-se o posicionamento novo Governo quanto a essas matérias, motivo que nos leva apresentar o presente requerimento de audiência pública e para o qual contamos com o indispensável apoio dos nobres Pares para sua aprovação.

Sala da Comissão, em de de 2002.

CRESCÊNCIO PEREIRA JR
Deputado Federal